| Aprovada | lic |
|--------------|-----|
| (nanimi dede | |

SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

Sessão de 29/04)6

ATA Nº 01

3 AMaky

2

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezasseis, nesta cidade de Alcácer do 4 5 Sal e Salão Nobre do Município, reuniu a Assembleia Municipal. Compareceram nesta sessão ordinária, António dos Mártires Balona, Presidente da Assembleia Municipal, Baltasar Flávio da 6 7 Silva, Primeiro Secretário da Mesa, Maria de Fátima Martins dos Santos Leite, Segundo Secretário da Mesa e os Membros, Carla Maria Loura Manteiga Pereira (em regime de substituição), Manuel 8 9 Fernando Silva da Rocha, Maria Antónia Incenso dos Reis Mendes, Luís Miguel Visinho Nunes, 10 Ricardo Jorge Carqueijeiro Magalhães Campos (em regime de substituição), Maria Helena Murcho Guerreiro, Luzia Maria Carvalho Maurício, Serafim António Martins Inocêncio, Vítor Manuel Elias 11 Rosa, Ana Isabel Bernardo Semião, Sara Patrícia Guerreiro Jacinto, Ricardo Miguel Bernardo 12 Serronha (em regime de substituição), Carlos Alberto Santana Baião, José Agostinho Rodrigues 13 Santana (em regime de substituição), Jerónimo Jacinto de Almeida, Arlindo José Paulino de 14 15 Passos, Presidente da União das Freguesias de Alcácer do Sal e Santa Susana, Virgílio Manuel da Silva, Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, Maria José Coelho Martins (Presidente da Junta 16 17 de Freguesia de Comporta) e Albino António Batista Francisquinho, Presidente da Junta de 18 Freguesia de São Martinho.

19 20

- Compareceram, também, Vítor Manuel Chaves de Caro Proença, Presidente da Câmara Municipal,
- 21 Manuel Vítor Nunes de Jesus, Vice-Presidente e os Vereadores, Ana Luísa Alferes Pinto Soares,
 - Nuno Miguel Besugo Pestana, Isabel Cristina Soares Vicente e Luísa Maria Pestana Ferreira.

22 23

- Verificou-se a ausência dos Deputados Duarte Manuel Lynce de Faria, Nuno Miguel Adelaide
- Rodrigues Dias, Maria Antónia Foito Crespo, Leonardo Jacinto, Leónia de Jesus Pinto Barbara
- 26 Gomes, José Carlos Nascimento dos Reis e Maria do Rosário Faustino Tomás tendo os mesmos
- 27 apresentado justificação, que fica arquivada em pasta anexa à ata.

28 29

Pelas vinte e uma horas, verificou-se a existência de quórum, pelo que o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.

31

30

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- 34 O Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou os presentes e solicitou ao Segundo
- 35 Secretário que procedesse à leitura do resumo da correspondência.

36 1 - Expediente:

- O Segundo Secretário procedeu à leitura do resumo da correspondência, recebida no período de
- 18 de dezembro de 2015 a 15 de fevereiro de 2016, que aqui se dá como reproduzido e transcrito,
- 39 ficando arquivado em pasta anexa à ata, dela fazendo parte integrante.

40

- 41 2 Análise e votação da Ata nº 5 da sessão realizada em 18 de dezembro de 2015.
- 42 O Presidente da Assembleia, colocou a ata a votação.
- Deliberação: A Ata nº 05 de 18 de dezembro de 2015 foi aprovada, por unanimidade.

44

- O Presidente da Assembleia informou que foi presente à Mesa, uma Moção e dois Votos de Pesar:
- Moção "A" (O Orçamento do Estado para 2016 e as autarquias locais), apresentada pelos
- 47 Deputados da CDU.
- Voto de Pesar (Manuel Batista Martins), apresentado pelos Deputados da CDU.
- Voto de Pesar (Maria Luzia Pouseira Onça), apresentado pelos Deputados do PS.

50

- O Presidente da Assembleia, solicitou aos Deputados da CDU que procedessem à leitura do Voto
- 52 de Pesar, pelo falecimento do Senhor Manuel Batista Martins.

- O Voto de Pesar, pelo falecimento do Senhor Manuel Batista Martins, foi lido pelo Deputado
- 55 Manuel Rocha e aqui se dá como reproduzido e transcrito, ficando anexo à presente ata, da
- 56 mesma fazendo parte integrante.
- 57 O Presidente da Assembleia, perguntou se algum Deputado se queria pronunciar sobre este Voto
- 58 de Pesar.
- 59 Intervenções:
- O Sr. Manuel Mário, funcionário do município, que estava a dar apoio técnico à sessão, em
- 61 homenagem ao seu sogro, começou a aplaudir e de imediato, todos os presentes o seguiram,
- 62 aplaudindo de pé.
- O Presidente da Assembleia, realçou que, o Sr. Manuel Batista Martins, foi Presidente da Direção
- da Associação de Bombeiros de Alcácer do Sal no ano de 1981 e Vice-Presidente da Assembleia
- 65 Geral desde essa data, até ao ano de 1989. Sublinhou, que o Sr. Manuel Batista Martins, era um
- 66 grande Alcacerense, um grande defensor das suas raízes e seguidor das suas tradições.
- 67 Evidenciou, a preocupação por ele manifestada, relativamente à situação que os bombeiros
- atravessavam nestes últimos tempos. Referiu ainda, que obra da construção do novo quartel, era
- 69 também uma das suas preocupações, tendo sido, por isso, convidado a visita-la nas suas várias
- 70 fases.

- 71 Propôs que o Voto de Pesar fosse considerado como um Voto de Pesar da Assembleia Municipal,
- 72 independentemente de quem o apresentou.
- O Deputado Luís Nunes, interveio a seguir e disse que não teve conhecimento do falecimento do
- 74 Sr. Manuel Batista Martins. Referiu que, o Sr. Manuel Batista Martins era um grande homem, que
- 75 trabalhou muito para Alcácer do Sal, em termos de cultura tradicional, nomeadamente, nas
- marchas populares, onde sempre foi um colaborante, a todos os níveis, sendo o ensaiador principal
- durante vários anos e sempre disposto a colaborar pela sua marcha de São Pedro.
- 78 Afirmou que, conviveu com o Sr. Manuel Batista Martins na Sociedade Filarmónica Progresso
- Matos Galamba, PAZOA, onde ele foi diretor durante vários anos, tendo sido também Presidente.
- 80 Referiu que, os Deputados do PS, também manifestam a sua tristeza e congratulam-se pelo
- 81 trabalho que exerceu por Alcácer do Sal.
- 82 O Presidente, colocou o Voto de Pesar a votação.
- 83 Deliberação: O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.
- O Presidente da Assembleia, solicitou aos Deputados do PS que procedessem à leitura do Voto de
- 86 Pesar, pelo falecimento da Senhora Maria Luzia Pouseira Onca.
- 87 O Voto de Pesar, pelo falecimento da Senhora Maria Luzia Pouseira Onça, foi lido pela Deputada
- 88 Maria Guerreiro e aqui se dá como reproduzido e transcrito, ficando anexo à presente ata, da
- 89 mesma fazendo parte integrante.
- 90 O Presidente da Assembleia, perguntou se algum Deputado se queria pronunciar sobre este Voto
- 91 de Pesar.

84

- 92 Intervenções:
- 93 O Deputado Luís Nunes, referiu que a Senhora Maria Luzia Pouseira Onça, também era um dos
- 94 símbolos de Alcácer do Sal, um ícone nas Feiras do concelho e que as Feiras já não serão as
- 95 mesmas sem a sua presença. Disse que, a Senhora Maria Luzia Pouseira Onça, também
- 96 colaborou muito com as marchas de São Pedro e que, tal como o Sr. Manuel Batista Martins, foram
- 97 pessoas singelas e voluntariosas que contribuíram para o prestigio de Alcácer do Sal.
- 98 O Presidente da Assembleia, afirmou que a Senhora Maria Luzia Pouseira Onça, era na realidade,
- 99 para todos os alcacerenses um "símbolo" da Feira Nova de Alcácer do Sal e da Feira da PIMEL.
- Sublinhou ser uma grande perda, porque quem faz as terras são as pessoas e a tendência é para
- 101 não valorizar as pessoas em vida e que hoje, estamos aqui, neste órgão autárquico, a dar um
- exemplo de reconhecimento de que o mais importante, são as pessoas.

- O Sr. Manuel Mário, solicitou mais uma vez a palavra e propôs que se desse também uma salva de palmas, em memória da Senhora Maria Luzia Pouseira Onça.
- A proposta foi aceite e de seguida, todos os deputados e público presente, de pé, aplaudiram em reconhecimento.
- 108 O Presidente, colocou o Voto de Pesar a votação.
- Deliberação: O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.
- 110
- O Presidente da Assembleia, informou que seguidamente, se iria proceder à apresentação e
- apreciação das Moções entregues à Mesa, pelo que solicitou aos Deputados da CDU que
- procedessem à leitura da Moção "A" (O Orçamento do Estado para 2016 e as autarquias locais).
- 114 A Moção foi lida pela Deputada Luzia Carvalho.
- O Presidente da Assembleia, colocou a Moção a discussão.
- 116 Intervenções:
- O Presidente da Câmara, solicitou a palavra ao Presidente da Assembleia, a fim de prestar
- algumas informações relativamente à moção em apreciação.
- Concedida a palavra, o Presidente da Câmara informou que a Associação Nacional de Municípios
- Portugueses (ANMP), aprovou por maioria, no último conselho geral, com duas abstenções de
- Presidentes de Câmaras do PSD, um parecer sobre o orçamento de estado para 2016. Disse que,
- a ANMP, vai continuar a lutar para reverter e para melhorar a proposta de Orçamento de Estado.
- 123 Considerou que, a proposta que está em discussão, em matéria de poder local, é muito melhor do
- que a proposta original e que esse facto, não é alheio, à intervenção e ao acordo de base
- parlamentar, obtido na Assembleia da República, embora no acordo firmado, não conste nada
- sobre o poder local, mas exclusivamente sobre os funcionários públicos. Referiu que, o Governo
- teve em conta um conjunto de sugestões, do Bloco de Esquerda, dos Verdes e do PCP e muitas
- 128 delas foram aceites.
- O Presidente da Câmara, referiu também que a proposta de Orçamento de Estado em matéria de
- Poder Local, no que respeita a autonomia, teve grandes avanços, porque o poder local, nos últimos
- quatros anos, teve cortes e medidas gravosas e que desse ponto de vista, há avanços em muitas
- matérias. Mencionou que, a ANMP considera, que há um incumprimento da lei de finanças locais,
- que pode representar cerca de trezentos e cinquenta milhões de euros a menos relativamente ao
- que os municípios tinham direito, se fosse cumprida a lei e que, as transferências para as áreas
- metropolitanas e para as CIM(s), é uma medida negativa.
- O Presidente, disse ainda, que a ANMP considera positivo a reposição do IMT, como receita
- municipal, o que significa mais duzentos e cinquenta milhões de euros em 2017, quanto a questão

dos empréstimos não contarem para os níveis de endividamento, (embora a ANMP proponha que também a questão do equilíbrio corrente tenha que entrar), os pagamentos dos Municípios à ADSE que estavam a ser pagos duplamente, pelo Estado e pelos Municípios, vai representar para todos os Municípios, setenta milhões de euros a menos, o fim das reduções do IMI e do IMT para os fundos imobiliários e outros, representa mais dez milhões de euros para os Municípios abrangidos, as reposições de competências em matéria de recrutamento de pessoal, as competências da Assembleia Municipal para autorizar recrutamento de trabalhadores em casos de saneamento ou rotura financeira, é uma medida positiva, a eliminação da necessidade de autorização do Ministro das Finanças para investimentos não previstos em termos de ajustamento financeiro, a reposição da cláusula de salvaguarda do IMI e a alteração à lei de compromissos para o cálculo dos fundos disponíveis é uma medida positiva, embora insuficiente.

O Presidente referiu que, a ANMP considera negativo estarem omissas várias questões, nomeadamente, a questão da redução de 6% do IVA nos transportes escolares e refeições escolares, a repartição do adicional do IUC, o IVA para iluminação pública e a reposição de competências em matéria de organização de serviços e estrutura dirigente.

Disse também que, a ANMP está a colocar uma questão, onde diz que há uma lei das finanças locais em vigor e que sendo positivo terem retirado agora, as variações máximas e mínimas de 5% dos impostos, considera que o aumento de 1,2% é negativo e que devia ser cumprida a lei das finanças locais, tendo em conta a receita arrecadada, seriam mais trezentos e cinquenta milhões de euros para os Municípios, que serviriam para fazer obra, para a cultura, para o desporto, para recuperar capacidade financeira perdida e em prol das populações.

O Presidente da Assembleia, considerou a intervenção do Presidente da Câmara, muito oportuna e muito importantes as informações prestadas.

O Presidente da Câmara, solicitou mais uma vez, a palavra ao Presidente da Assembleia e referiu que está a haver uma linha ideológica do PSD e do CDS, de ataque às medidas que o atual Governo tomou, de atualizar vencimentos e recuperar do ponto de vista salarial uma séria de coisas, que tinham sido cortadas pelo anterior Governo do PSD e que para tal, o dinheiro que estão a atribuir aos Municípios é pouco, para fazer face a esses aumentos.

O Presidente da Assembleia, solinhou a ligeireza com que se "apropriaram" do dinheiro dos trabalhadores e dos reformados e criticou as dificuldades levantadas para repor o que as pessoas têm direito o que exige a todos, que estejamos atentos, solidários e participativos para que os

- compromissos que foram assumidos, sejam integralmente cumpridos, de acordo com os direitos constitucionalmente consagrados.
- Realçou que o Poder Local, tem sido um alvo destas políticas, ao longo dos anos e que até hoje, a
- lei das finanças locais não foi cumprida na integra, o que se reflete no desenvolvimento local e na
- qualidade de vida das populações. Referiu, que o Município de Alcácer do Sal, teve em conta no
- seu orçamento, as verbas para a reposição dos salários, mas isso, não aconteceu em todos os
- 177 Municípios.

178

- O Presidente da Assembleia, colocou a votação a Moção "A" (O Orçamento do Estado para 2016
- 180 e as autarquias locais).
- Deliberação: A Moção foi aprovada, por unanimidade.
- A moção "A", que aqui se dá como transcrita e reproduzida, fica em pasta anexa à presente ata, da
- 183 mesma fazendo parte integrante.

184 185

INTERPELAÇÃO AO EXECUTIVO __

- O Presidente da Assembleia, solicitou aos Deputados que procedessem à interpelação do
- 187 executivo.
- O Deputado Serafim Inocêncio, usou da palavra, informando que contactou a EDP sobre a falta de
- iluminação pública em Foros de Albergaria, há cerca de mês e meio e que até hoje, não obteve
- resposta. Questionou, se essa responsabilidade é da EDP ou da Câmara Municipal e a quem se
- 191 deve dirigir.
- 192 Referiu, que fica contente quando vê no site da Câmara Municipal o alcatroamento de ruas,
- 193 estradas municipais e estradas privadas de interesse público, mas que está preocupado com o
- estado da estrada de acesso aos Foros de Albergaria, que é extremamente estreita, com bermas
- 195 quase intransitáveis e que é preciso algum bom senso de quem está à frente da Autarquia para a
- 196 situação da estrada, que prejudica quem se desloca naquela estrada todos os dias.

197

- O Deputado Manuel Rocha, enalteceu o grande evento que foi o desfile de Carnaval Infantil, que
- envolveu a Oficina da Criança, o Agrupamento de Escolas e a PAZOA. Disse que é de saudar, a
- 200 particularidade da envolvência da população durante o evento e que a Câmara Municipal deve
- apoiar, sempre que possível, estas manifestações, que trazem às ruas a alegria e a cor que existiu
- 202 naquele desfile de carnaval.

- A Deputada Luzia Carvalho, em relação à forma como está a decorrer o período de discussão
- 205 pública da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) disse que os Deputados, foram convidados a

- participar no 3º fórum sobre esta questão, que era uma oportunidade, para numa sessão de trabalho poderem dar os seus contributos para um documento que é estratégico e muito importante para o futuro do concelho. Saudou, a Câmara Municipal, pela forma como estas sessões estão a decorrer e relembrou que ainda vai haver mais sessões, efetuadas no âmbito das Juntas de Freguesia, o que dá uma ideia da abrangência que se pretende com estas auscultações.
- A Deputada Luzia Carvalho, lamentou a fraca participação dos eleitos da Assembleia Municipal, que apesar de terem sido convidados, não marcaram presença nessa sessão.
- O Deputado Serafim Inocêncio, em relação à discussão pública da revisão do PDM, disse que recebeu o convite, mas que não pôde estar presente, porque anda a fazer fisioterapia. Considerou no entanto, que essa questão é muito interessante e muito importante. Referiu que, foi distribuído
- 217 pela Câmara Municipal, em Albergaria, um convite para participarem numa reunião em Santa
- Susana, sobre esse tema e questionou se essa reunião é aberta ao público em geral.
- O Deputado Arlindo Passos, informou que a reunião em Santa Susana é aberta ao público em geral.
- O Deputado Luís Nunes, questionou se o Executivo tem alguma "novidade" sobre o IC1.
- O Deputado Manuel Rocha, interveio de seguida e informou que, relativamente ao IC1, a Comissão
- de Utentes, está numa nova ronda de audiências com os Grupos Parlamentares e que já foram
- recebidos pelo Grupo Parlamentar do PCP e do Bloco de Esquerda. Convidou todos os presentes,
- 225 a participar nos próximos eventos que existam sobre este assunto.
- O Deputado Virgílio Silva, usou da palavra, valorizou e elogiou o Executivo, que em colaboração com a Junta de Freguesia, tem feito um belíssimo trabalho na Freguesia do Torrão e referiu que há sempre situações a melhorar, pois nem tudo está feito. Valorizou também, o trabalho que é feito nas áreas do desporto e do ensino, bem como na melhoria das condições de vida das próprias populações. Elogiou também, o investimento feito com a nova ETAR, na localidade de Rio de
- 232 Moinhos.

206

207

208

209

210

213

- O Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às
- 234 questões colocadas.
- O Presidente da Câmara, em relação ao desfile de Carnaval Infantil em Alcácer do Sal, referiu que
- o desfile teve cerca de seiscentos participantes e que decorreu no mesmo dia, Carnaval Infantil na
- 237 Comporta e na Vila do Torrão. Informou que, a Câmara Municipal recebeu há pouco tempo, uma
- 238 carta da direção do Agrupamento de Escolas de Alcácer do Sal, a valorizar este carnaval que foi
- feito com as escolas e teve um papel chave, da equipa da Oficina da Criança.

Relativamente às questões colocadas sobre o PDM, referiu que as sessões são de auscultação, para ouvir as pessoas relativamente ao mesmo. Disse que, há um trabalho desenvolvido pela equipa técnica, que começou por avaliar o PDM que está em vigor e que está a trabalhar no diagnóstico e na identificação da realidade do Município de Alcácer do Sal. Considerou que, este trabalho é muito importante e que houve uma orientação do executivo para que a revisão do PDM seja um processo partilhado e com a participação das pessoas. Apelou para que as pessoas participem e disse que as equipas técnicas do município estão a desenvolver também o seu trabalho e que houve uma reunião muito positiva com todos os técnicos do município, de todas as áreas para a qual, também foram convidados projetistas privados que trabalham sobre o território. O Presidente da Câmara, em relação à Área de Reabilitação Urbana (ARU), informou que, ontem, decorreu na Biblioteca Municipal, uma reunião sobre este assunto, na qual participaram cerca de vinte pessoas, onde foi explicado as oportunidades que existem relativamente à reabilitação do Centro Histórico de Alcácer do Sal. Referiu que, estão identificados no Centro Histórico, mil imóveis, (cem quarteirões) e que uma parte significativa dos imóveis, está em estado degradante e exigem reparação. Informou que, desde a aprovação da ARU, houve dezasseis intervenções de reabilitação e que vai ser intensificado o trabalho de sensibilização junto dos proprietários para a reabilitação dos imóveis.

Em relação ao IC1, o Presidente da Câmara referiu que não há "novidades" e informou que conjuntamente com o Presidente da Câmara de Grândola, solicitou uma reunião ao Secretário de Estado das Infraestruturas e Obras Públicas, mas que ainda não obtiveram resposta e considerou que, deve continuar a haver sensibilização da opinião pública relativamente a esta matéria.

Sobre as questões colocadas pelo Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, Virgílio Silva, o Presidente da Câmara, referiu que tem havido uma grande cooperação com todas as Juntas de Freguesia. Referiu também que, a ETAR de Rio de Moinhos, foi um investimento importante, porque os esgotos estavam a ir para as linhas de água e para o subsolo.

O Presidente da Câmara, solicitou ao Presidente da Assembleia que concedesse a palavra à Vereadora Ana Luísa Soares, para responder às questões colocadas sobre a iluminação pública e sobre a estrada de acesso a Foros de Albergaria.

267268269

270

271

272

273

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

261

262

263

264

265

266

O Presidente da Assembleia, deu a palavra à Vereadora Ana Luísa Soares, que em relação à questão colocada sobre a iluminação pública em Foros de Albergaria, informou que o Município não foi contactado pela EDP sobre este assunto e que normalmente, nessas situações, os munícipes dirigem-se à Junta de Freguesia ou à Câmara Municipal, que depois avalia a questão do ponto de vista técnico com a EDP e equaciona-se a solução possível para o local.

Em relação à rede viária e aplicação de betuminoso nas vias de comunicação, a Vereadora Ana Luísa Soares, referiu que, como todos sabem, o concelho é muito extenso do ponto de vista das infraestruturas rodoviárias e que há dois grandes objetivos nesta área: os caminhos rurais e os caminhos que se encontram com betuminoso e que necessitam de ser regularizados. Disse que, o passivo existente é muito elevado, com défices muito grandes e com o orçamento existente, tem que se priorizar. No que respeita à estrada de acesso aos Foros de Albergaria, informou que já estão identificadas as quantidades necessárias para a colocação do betuminoso, estão a aprovisionar e a lançar ajustes diretos para a aquisição dos materiais e a obra será efetuada brevemente com os meios da autarquia.

O Presidente da Câmara, solicitou ao Presidente da Assembleia que concedesse a palavra ao Vereador Manuel Vítor, para responder à questão colocada sobre o carnaval.

- O Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Vereador Manuel Vítor, tendo este referido que no dia cinco de fevereiro, houve desfile de carnaval infantil em Alcácer do Sal, no Torrão e na Comporta. Informou que no Torrão, foi promovido, autonomamente, pelo Agrupamento de Escolas do Torrão, na Comporta foi promovido, autonomamente, pela coordenadora do Centro Escolar do 1º Ciclo da Comporta e que em Alcácer do Sal foi promovido pela Câmara Municipal e pelo Agrupamento de Escolas de Alcácer do Sal.
- Informou, que em outubro, surgiu a ideia de fazer um carnaval infantil, do pré-escolar e do 1º ciclo e que aperceberam-se logo que o tempo era escasso e eventualmente teriam dificuldades para o conseguir. Disse que, devido à vontade de todos, este carnaval foi preparado em cerca de dois meses. Foi um carnaval de vontades, que surgiu para dar a possibilidade e felicidade às crianças de desfilarem e mostrarem às suas famílias e à população, aquilo que sabem fazer. Referiu que, no final do desfile, os participantes estavam muito alegres e disseram que valeu a pena e que estão disponíveis para fazer novamente este carnaval no próximo ano.
- O Vereador Manuel Vítor agradeceu a colaboração da GNR, dos Bombeiros de Alcácer do Sal, do Agrupamento de Escolas de Alcácer do Sal, da Sociedade Progresso Matos Galamba que disponibilizou músicos para participar no desfile e da Sociedade Filarmónica Amizade Visconde de Alcácer que, apesar de não se ter feito representar, por não ter músicos disponíveis, também mostrou toda a sua disponibilidade para participar.
- Em relação à revisão do PDM, o Vereador Manuel Vítor informou que, amanhã, se vai realizar um fórum em Santa Susana e outro no Torrão, ambos às 15 horas.

O Deputado Serafim Inocêncio, usou da palavra para informar, que lhe foi dito, que as obras do 308 IC1, entre Alcácer do Sal e Grândola, já estão aprovadas. 309 O Presidente Câmara, em face dessa informação, afirmou que ficou muito satisfeito por saber que 310 as obras estão aprovadas, mas que, oficialmente, não tem conhecimento dessa informação e que 311 há pouco tempo, teve uma reunião com as Infraestruturas de Portugal, onde perguntou sobre o IC1 312 e não obteve resposta. 313 O Deputado Serafim Inocêncio, referiu que essa informação, foi dita por uma pessoa, de forma 314 particular. 315 O Presidente Câmara, sublinhou, que tem conhecimento que o Estado não conseguiu avocar a si, 316 a estrada, porque a mesma está sub-concessionada. 317 O Deputado Manuel Rocha, interveio a seguir, disse que folga em ouvir essa notícia, que a 318 Comissão de Utentes do IC1 não tem qualquer indício que as obras vão começar, porque todas as 319 notícias até à mudança do Governo, eram de que as obras iriam começar depois das eleições. 320 Referiu que, nas audiências que tiveram, lhes foi transmitido, que não há verba e que ainda falta a 321 validação do Tribunal de Contas, para que a estrada saia do consórcio para as Infraestruturas de 322 Portugal. Disse também, que na próxima semana, a Comissão de Utentes do IC1 está a pensar 323 mandar uma nota de imprensa sobre audiências que tem tido e que poderá adiantar, na mesma, 324 que um membro da Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, deu a notícia, que as obras do IC1 325 foram aprovadas. 326 O Presidente da Assembleia, referiu, que as boas notícias são sempre agradáveis, no entanto, 327 torna-se necessário confirmar, oficialmente, essa informação, pelo que, a Mesa da Assembleia 328 Municipal, recomenda ao Sr. Presidente da Câmara que oficie ao Sr. Secretário de Estado das 329 Obras Públicas, no sentindo de informar, por escrito, o executivo da Câmara Municipal de Alcácer 330 do Sal, que a obra do IC1, foi aprovada. 331 O Deputado Serafim Inocêncio, usou da palavra para referir que o Grupo Parlamentar do PS, são 332 pessoas idóneas e esta informação foi-lhe transmitida por um membro do Grupo Parlamentar, que 333 é uma pessoa que passa semanalmente pelo IC1. Disse ainda que, gostaria que o Sr. Presidente 334 da Câmara e a pessoa responsável pela Comissão de Utentes do IC1, tentem indagar perante esta 335 informação, se é verdade, ou não, o que foi dito a um membro da Assembleia Municipal. 336 337 338

10

| 343 | ORDEM DE TRABALHOS |
|-----|---|
| 344 | 04. Análisa a vatação da proporte referente à Adoção da Assembleia Municipal do Algásor do Sal |
| 345 | 01 – Análise e votação da proposta referente à Adesão da Assembleia Municipal de Alcácer do Sal |
| 346 | ao AMALENTEJO; |
| 347 | O Presidente da Assembleia, fez uma breve apresentação da proposta, tendo sublinhado os |
| 348 | objetivos do AMAlentejo – MAIS PODER LOCAL - MAIS DEMOCRACIA – MELHOR ALENTEJO e a realização |
| 349 | do Congresso que terá lugar no próximo dia dois de Abril, em Troia, colocando-a de seguida à |
| 350 | apreciação e votação. |
| 351 | Intervenções: |
| 352 | O Presidente da Freguesia do Torrão referiu que tinha participado desde o início, como membro da |
| 353 | Comissão Promotora e que a Junta de Freguesia iria estar presente no Congresso, com alguns |
| 354 | membros do Executivo, e da Assembleia de Freguesia. Referiu que, considerava essa participação |
| 355 | importante, pois o Alentejo nos últimos tempos, tem sido muito valorizado a nível internacional, |
| 356 | através do Cante Alentejano. |
| 357 | Salientou, que a região em si tem uma grande importância, pensa que o movimento que está a ser |
| 358 | criado é um orgulho para todos, que existem muitas autarquias envolvidas, todos devem participar, |
| 359 | tendo concluído dizendo, que será o lançar do Alentejo, com tudo o que tem de melhor. |
| 860 | |
| 861 | O Presidente da Assembleia Municipal, informou que estavam a ser preparados os temas para |
| 362 | serem apresentados e discutidos no Congresso do AMAlentejo em Troia no dia 2 de abril. Salientou |
| 363 | a importância do papel das autarquias que tinham aderido ao movimento e das Comunidades |
| 864 | Intermunicipais de todo o Alentejo. |
| 365 | Deliberação: Aprovada por Unanimidade. |
| 666 | A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando |
| 67 | anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante. |
| 68 | |
| 69 | 02 – Análise e conhecimento da informação referente à declaração de compromissos plurianuais |
| 70 | existentes a 31/12/2015, à declaração de pagamentos em atraso existentes a 31/12/2015 e à |
| 71 | declaração de recebimentos em atraso existentes a 31/12/2015. (tomado conhecimento na reunião de |
| 72 | câmara realizada no dia 28/01/2016); |
| 373 | Intervenções: |
| 74 | O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara, que começou por referir que |
| 375 | era recente, o diploma legal que obrigava a Câmara a dar conhecimento à Assembleia Municipal, |
| 376 | das disposições nele contidas, pelo que estavam a cumprir, essa novidade do ponto de vista legal. |

- Afirmou, que eram compromissos plurianuais, que estavam de acordo com a plurianualidade, que
- tinha sido aprovada na assembleia municipal. Referiu ainda, que presentemente, não existem
- pagamentos em atraso, tendo esclarecido, que os recebimentos em atraso, se referem, apenas,
- 381 aos que já são devedores do município.
- 382 Concluiu, dizendo que mantinham a mesma estratégia, pois à data presente, não existiam
- pagamentos em atraso, ou seja a mais de 90 dias, de acordo com a legislação e referiu ainda, que
- no final do mês de janeiro, tinham apenas faturas em conferência.
- 385 Tomado Conhecimento.
- A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
- anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.
- 388
- 389 03 Análise e conhecimento da informação referente ao parecer do Revisor Oficial de Contas
- 390 sobre a situação financeira do Município e relatório de conclusões e recomendações de auditoria
- 391 sobre a situação financeira e económica do Município referentes ao 1.º semestre de 2015. (tomado
- 392 conhecimento na reunião de câmara realizada no dia 11/02/2016);
- 393 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão, não havendo intervenções, colocou a
- 394 proposta a votação.
- 395 Tomado Conhecimento.
- 396 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
- anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.
- 398
- 399 04 Análise e votação da proposta referente ao Pacto de Milão sobre política de alimentação
- 400 urbana. (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 28/01/2016);
- 401 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão.
- 402 Intervenções:
- 403 O Presidente da Assembleia solicitou ao Presidente da Câmara que interviesse sobre o assunto,
- tendo este começado por referir a importância da aderência do município, a todas as matérias que
- tinham a ver com questões alimentares, não só, o combate às desigualdades, mas também,
- aspetos como a saúde e a alimentação, e que, no caso de Alcácer do Sal, queriam trilhar um
- caminho de um município fértil e importante, na componente agroalimentar. Um caminho, que terá
- de ser seguido, elevando e valorizando o concelho de Alcácer do Sal, como um produtor de bens
- alimentares, de produtos endógenos como poucos. O primeiro produtor nacional de arroz, com o
- o melhor pinhão de toda a Península Ibérica e de todo o mundo, com projetos hortícolas, que está
- 411 a receber investimentos nessa área, onde existem também, produções pecuárias muito
- 412 importantes.

- Assim, a componente alimentar e agroalimentar teriam de ser valorizados. Referiu, que numa 413 reunião recente com a Agencia de Investimento Estrangeiro, em que estiveram presentes os cinco 414 415 presidentes dos municípios do litoral alentejano, foram informados que existiam muitos pedidos de 416 investimento estrangeiros na área agroalimentar, falando-se de uma economia agrícola 417 completamente diferente do que era habitual. Disse, que no concelho de Alcácer do Sal, já existiam vários pedidos dessa ordem, e que quem la investir, estava a estudar muito bem, quais os canais 418 419 de distribuição, mas muitas vezes não têm canais para a comercialização, nomeadamente, pelo 420 fator preço, dando como exemplo, o caso do arroz, pois a maior parte das vezes, ninguém sabia 421 qual o preço do mesmo. Terminou, dizendo que era tudo muito importante, mas teria de existir 422 emprego, em que as pessoas fossem valorizadas e não a qualquer preco.
- 423 Deliberação: Aprovada por Unanimidade.
- A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
- anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.
- 427 05 Análise e votação da proposta referente ao aditamento ao Acordo de Execução a celebrar
- entre o Município de Alcácer do Sal e a Freguesia da Comporta. (documento aprovado na reunião de
- 429 Câmara realizada no dia 11/02/2016);
- 430 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão, não havendo intervenções, colocou a
- 431 proposta a votação.

426

435

- 432 Deliberação: Aprovada por Unanimidade.
- 433 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
- anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.
- 436 06 Análise e votação da proposta referente ao aditamento ao Acordo de Execução a celebrar
- entre o Município de Alcácer do Sal e a Freguesia de S. Martinho. (documento aprovado na reunião de
- 438 Câmara realizada no dia 11/02/2016);
- O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão, não havendo intervenções, colocou a
- 440 proposta a votação.
- Deliberação: Aprovada por Unanimidade.
- A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
- anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.
- 445 07 Análise e votação da proposta referente ao aditamento ao Acordo de Execução a celebrar
- entre o Município de Alcácer do Sal e a Freguesia do Torrão. (documento aprovado na reunião de
- 447 Câmara realizada no dia 11/02/2016);

- O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão, não havendo intervenções, colocou a
- 449 proposta a votação.
- 450 Deliberação: Aprovada por Unanimidade.
- A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
- anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.
- 453
- 454 08 Análise e votação da proposta referente aos Contratos Interadministrativos, eliminação
- 455 delegação da comptetência de concessão, renovação e emissão de segundas vias de carta de
- 456 caçador. (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 11/02/2016);
- O Presidente da Assembleia, colocou a proposta à discussão.
- 458 Intervenções:
- O Presidente da Assembleia, por solicitação do Presidente da Câmara, concedeu a palavra ao
- 460 Vereador Manuel Vitor.
- O Vereador Manuel Vítor, usou da palavra e esclareceu que se tratava de uma situação meramente
- 462 administrativa, uma vez que estas questões eram tratadas na câmara municipal, mas por
- imperativo da lei, a partir do ano de 2016, já não iria para as juntas de freguesia através de
- delegação de competências, uma vez que o assunto, deixou de ser tratado nas câmaras
- 465 municipais.
- 466 Deliberação: Aprovada por Unanimidade.
- A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
- anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.
- 469
- 470 09 Análise e votação da proposta referente à certidão de deliberação fundamentada de
- 471 reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária. (documento
- 472 aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 11/02/2016);
- 473 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão
- 474 Intervenções:
- O Presidente da Assembleia, por solicitação do Presidente da Câmara, concedeu a palavra ao
- 476 Vereador Manuel Vitor.
- O Vereador Manuel Vítor, informou que de acordo com a nova legislação, a atividade pecuária teria
- de ser aprovada pela Câmara e depois ser submetida à Assembleia Municipal, relativamente ao
- interesse público, ou não, da atividade no concelho e neste caso concreto, tratava-se de uma
- 480 atividade que é anterior ao PDM, reúne todos os requisitos para laborar e será talvez, a mais antiga
- 481 do concelho.

- O Presidente da Assembleia Municipal, questionou, se a atividade pecuária em análise, se refere
- 483 apenas à suinicultura ou à atividade pecuária em geral.
- O Vereador Manuel Vítor respondeu que neste caso, era somente a suinicultura.
- 485 Deliberação: Aprovada por Unanimidade.
- A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
- anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.
- 488

- 489 10 Análise e votação da proposta referente ao recurso à reserva de recrutamento interna, para
- 490 preenchimento de 3 postos de trabalho, com a categoria de Assistente Operacional, na modalidade
- 491 de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para desempenho de
- 492 funções no Setor de Higiene e Limpeza, da Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos.
- 493 (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 28/01/2016);
- 494 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão.
- 495 Intervenções:
- O Presidente da Assembleia, por solicitação do Presidente da Câmara, concedeu a palavra ao
- 497 Vereador Nuno Pestana.
- O Vereador Nuno Pestana, informou que todos os responsáveis das equipas operacionais sentiam
- 499 falta de pessoal e as propostas que estavam em apreciação, destinavam-se a colmatar,
- 500 dificuldades existentes, em algumas dessas equipas.
- O Deputado Luís Nunes, interveio a seguir, dizendo que não compreendia a entrada de 10 pessoas
- 502 para desempenharem funções na câmara municipal, uma vez que existiam determinados serviços
- que a câmara tinha prestadores de serviços a desempenharem essas funções, e que a despesa da
 - câmara com pessoal já era bastante e a mesma, irá ser subcarregada com a entrada de mais 10
- 505 pessoas. O Deputado, terminou dizendo que se iriam abster de todas as propostas, tal como
- 506 tinham feito com o mapa de pessoal.
- O Deputado Arlindo Passos, usou da palavra e sublinhou, que era uma complicação, quando o
- Partido Socialista se abstinha na votação de mapas de pessoal, mas tinha a sensação de que o PS
- 509 achava preferível dar o trabalho a empresas, em vez de admitir pessoal. Referiu ainda que, de há
- uns anos para cá, existiam muitas pessoas que tinham sido reformadas e as 10 pessoas, muito
- 511 pouco compensariam aqueles que tinham saído. Acrescentou que, a entrada de novos elementos
- 512 significava que a câmara tinha condições para os mesmos a nível de despesa com pessoal.
- 513 Salientou ainda, que era preferível dar trabalho a pessoas de Alcácer do Sal, a serem empresas a
- 514 desempenharem essas funções.

- 515 Seguidamente, o Deputado José Santana, realçou, que nos últimos quatro anos, o governo PSD-
- 516 CDS, tinha praticado uma política de austeridade, onde se sacrificou o emprego e se criou um
- 517 exército de desempregados, dando como exemplo, o concelho de Alcácer do Sal.
- Afirmou que a autarquia, o que estava a fazer, era criar postos de trabalhos, onde existiam direitos
- e deveres e que defendia uma política em que se valorizava o trabalho e os trabalhadores, ao
- 520 contrário do que aconteceu com o governo PSD-CDS.
- O Deputado, referiu ainda, que o Orçamento de Estado para o ano de 2016, trazia esperança para
- o futuro, mas o que os deputados do PS, estavam a defender, era a austeridade e o desemprego.
- O Presidente da Assembleia, referiu as dificuldades e os constrangimentos que as autarquias
- 524 tinham para admitir pessoal, e considerou como positiva, a política do atual executivo, em admitir
- 525 pessoas para reforçar as equipas, em vez de se contratarem empresas, para desempenharem as
- 526 mesmas funções.
- 527 A Vereadora Ana Luísa Soares, pediu a palavra e esclareceu, que atualmente, estavam numa
- 528 conjuntura completamente diferente, da que, aquando o Deputado Luís Nunes, fazia parte do
- 529 conselho de administração da EMSUAS, que colocava com muita facilidade pessoas quando era
- 530 necessário executar obras e nessa altura, concordou que se tivessem criado postos de trabalho.
- 531 Certamente teve consciência e sempre que eram necessários, foram admitidos funcionários na
- 532 EMSUAS, porque efetivamente, os considerava essenciais. Atualmente, é disso que se trata, pois
- do ponto de vista da parte operativa, os setores operários, encontram-se muito debilitados.
- A Vereadora recordou também, que há cerca de um ano, a empresa municipal trabalhava no
- concelho, na mesma área geográfica que a câmara e tinha noventa e oito trabalhadores e desses,
- 536 somente sessenta e seis é que entraram para a câmara, assim sendo, existia um défice de
- pessoas e a quantidade de trabalho era a mesma. Referiu ainda uma outra questão, que dizia
- respeito aos loteamentos municipais, de cariz privado, que têm infraestruturas públicas, com jardins
- gue necessitam diariamente de manutenção e deu como exemplo, a equipa de jardineiros, que
- presentemente está desfalcada, tem apenas cinco a sete operacionais, dado que, quatro desses
- funcionários têm graves problemas de saúde e não irão voltar ao serviço, mas o trabalho tem que
- 542 continuar a ser feito. Terminou, dizendo que tinha a certeza absoluta, que os concursos que
- estavam a ser abertos, tinham exatamente a mesma perspetiva que o Deputado Luís Nunes teve
- quando estava no conselho de administração da EMSUAS.
- A Vereadora Ana Luísa Soares, salientou que tinham de valorizar o trabalho, as pessoas, exigir e
- 546 otimizar os recursos.
- O Vereador Nuno Pestana pediu a palavra e referiu que os Brejos da Carregueira de Cima, o
- Possanco 1 e 2, a Quinta da Oriola, o Olival de Fora, o Olival dos Clérigos e Boavista e outros

549 loteamentos tinham sido criados nos últimos anos. Informou que o município tem vindo a receber as respetivas infraestruturas, que as mesmas necessitam de conservação e manutenção, dai se ter 550 aberto concurso para a entrada de jardineiros, salientado que, a câmara tinha tido no passado, uma 551 equipa com catorze jardineiros e neste momento, eram apenas sete. 552 553 Referiu ainda a equipa de canalizadores e disse que a mesma, também tinha ficado desfalcada, 554 acrescentando que as canalizações existentes eram obsoletas, pois todos os dias existiam roturas, e o que estavam a fazer, vinha no sentido de criar melhores condições de trabalho para as equipas, 555 556 o que se refletirá também, numa melhoria de vida para os munícipes. 557 O Presidente da Câmara usou da palavra dizendo compreender aqueles que chamavam a atenção 558 para cautelas, que não iria ficar a meio caminho, mas defendia esta medida, uma vez que a mesma era indispensável. Salientou, o controlo que existia com os encargos de pessoal, uma vez que os 559 560 mesmos iriam aumentar, decorrente da atualização de vencimentos e de outros fatores que 561 beneficiavam os trabalhadores. Mencionou o défice que existia nas equipas operacionais, para dar 562 resposta a uma coisa que era básica num município, que era a conservação. 563 Disse que iriam criar postos de trabalho com limites e com controlo e que não recorreriam a empresas privadas. 564 565 Terminou, dizendo que respeitava quem se iria abster, mas para bem do município, faziam falta estes postos de trabalho. 566 O Deputado Luís Nunes, esclareceu que não tinha defendido a ideia de mais empresas e menos 567 trabalhadores e acrescentou também, que não defendia a austeridade do PS. Relativamente à 568 569 questão da EMSUAS, disse que possivelmente, tinha sido a pessoa que talvez tivesse estado mais 570 tempo na administração da mesma, adiantando que, quando lá esteve, foi nesse período que se compraram menos viaturas e houve menos alterações de pessoal. 571 572 O Deputado referiu ainda, que as pessoas estavam desempregadas e necessitavam de emprego. 573 mas o município, não era a Santa Casa da Misericórdia, pois se se vai colocar todas as pessoas que fazem falta, então teria de se duplicar os trabalhadores do município. Acrescentou, que 574 politicamente, o povo compreendia melhor o voto favorável, do que a abstenção. 575 576 O Presidente da Câmara solicitou a palavra ao Presidente da Assembleia para referir que o 577 município, com esta medida, queria evitar o recurso aos POC'S, CEI e CEI+, pois era uma precarização que tinha sido instalada com o governo PSD-CDS, e que se tinha utilizado mão-de-578 579 obra sem direitos e isso, não defendiam, realçando que as pessoas, tinham de trabalhar com 580 dignidade. 581 O Deputado Luís Nunes, interveio de novo e referiu que estavam a aumentar o número de

trabalhadores no município e também as prestações de serviços.

- O Deputado José Santana, pediu a palavra e deu os parabéns à câmara, por criar emprego com direitos e não emprego precário.
- O Deputado Serafim Inocêncio, interveio a seguir, referindo-se ao trabalho precário, pois
- 586 pessoalmente, sabia o que significava, tendo salientado que existiam muitas pessoas que estavam
- 587 integradas nos programas dos CEI, e se não fossem esses programas estariam em casa, o que
- 588 não era bom, mas pensa, que as entidades devem ter pessoas a trabalhar, para terem
- oportunidade de terem trabalho a tempo inteiro, pois infelizmente, o desemprego tocava a todos.
- 590 Deu como exemplo, pessoas que tem a sua profissão e atualmente, a maioria estava a trabalhar
- 591 em supermercados, sem desprimor. Questionou, se era preferível o trabalho precário ou estar em
- 592 casa, acrescentando que se deveriam valorizar as instituições que davam oportunidade às pessoas
- 593 para trabalharem. Terminou, dizendo que era muito importante, uma pessoa estar no ativo e não
- 594 em casa.
- O Deputado Arlindo Passos usou da palavra e sublinhou que a União de Freguesias, era a
- 596 entidade no concelho que mais incapacitados tinha atualmente, a trabalhar, mas era através dessa
- 597 disponibilidade, que essas pessoas tinham a sua oportunidade de trabalho. Referiu que era uma
- 598 situação que não defendia, preferia coloca-los com contrato a tempo indeterminado, mas como não
- 599 era possível, iam apoiando, desta forma, essas pessoas. Terminou dizendo que, os mais
- carenciados teriam sempre a porta da União de Freguesias aberta.
- A seguir, o Deputado Manuel Rocha, afirmou que se tinha de valorizar o município por estar a
- proporcionar a entrada de 10 pessoas, com um contrato a tempo indeterminado, mas não entendia
- qual o critério que o Deputado Luís Nunes tinha, para a abstenção nas propostas.
- O Deputado José Santana referiu a seguir, que compreendia o que se tinha dito, mas andava na
- rua e falava com as pessoas e o que lhe comunicavam, era a necessidade de terem um trabalho
- 606 com direitos e deveres e que os CEI e os CEI+ não resolviam a sua situação, opção, que nunca,
- 607 iria defender.
- O Presidente da Assembleia Municipal, salientou, que estavam a discutir problemas gravíssimos e
- preocupantes para todos e que o Deputado Luís Nunes, referiu a EMSUAS, como termo de
- 610 comparação pela positiva, mas tinha sido infeliz, ao dizer que a câmara não era a Santa Casa da
- Misericórdia. Referiu que tinham de saber do que estavam a falar, respeitando a opinião de cada
- 612 um, considerando, no entanto, pertinentes algumas das questões levantadas.
- O Deputado Luís Nunes esclareceu que, ao referir a Santa Casa da Misericórdia, tinha sido num
- outro enquadramento e não relativamente à entrada de 10 pessoas para a câmara.
- Deliberação: Aprovada por Maioria com 15 votos a favor da CDU e 7 abstenções do PS.

- A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.
- 11 Análise e votação da proposta referente à abertura de procedimento concursal comum, para
- 620 preenchimento de 2 postos de trabalho, com a categoria de Assistente Operacional (Canalizador)
- na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para
- desempenho de funções no Setor de Águas e Esgotos, da Divisão de Obras Municipais e Serviços
- 623 Urbanos. (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 11/02/2016);
- O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão, não havendo intervenções, colocou a
- 625 proposta a votação.

618

629

- Deliberação: Aprovada por Maioria com 15 votos a favor da CDU e 7 abstenções do PS.
- A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
- anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.
- 630 12 Análise e votação da proposta referente à abertura de procedimento concursal comum, para
- 631 preenchimento de 4 postos de trabalho, com a categoria de Assistente Operacional (Jardineiro) na
- 632 modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para
- 633 desempenho de funções no Setor de Espaços Públicos, da Divisão de Obras Municipais e Serviços
- 634 Urbanos. (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 11/02/2016);
- O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão, não havendo intervenções, colocou a
- 636 proposta a votação.
- Deliberação: Aprovada por Maioria com 15 votos a favor da CDU e 7 abstenções do PS.
- A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
- anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.
- 641 13 Análise e votação da proposta referente à abertura de procedimento concursal comum, para
- 642 preenchimento de 1 posto de trabalho, com a categoria de Assistente Operacional (Motorista) na
- 643 modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para
- 644 desempenho de funções no Setor de Máquinas e Viaturas Municipais, da Divisão de Obras
- 645 Municipais e Serviços Urbanos. (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia
- 646 11/02/2016);
- O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão, não havendo intervenções, colocou a
- 648 proposta a votação.
- Os Deputados da CDU informaram a Mesa da Assembleia que iriam apresentar uma Declaração
- 650 de Voto.

| 651 | A Deputada Luzia Carvalho, leu a Declaração de Voto. |
|-------------------|--|
| 652 | Declaração de Voto |
| 653 654 655 | Os eleitos da CDU votam favoravelmente as propostas apresentadas a esta Assembleia e que visam reforçar o quadro operacional dos trabalhadores do Município com recurso ao recrutamento de mão-de-obra do Concelho proporcionando o emprego com direitos. Condenamos o recurso aos programas CEI, porque consideramos mão-de-obra sem direitos. |
| 656 657 658 | Lamentamos e não entendemos a abstenção do Deputados do Partido Socialista, uma vez que após prestados todos os esclarecimentos pelo Executivo Municipal e devidamente fundamentadas as necessidades óbvias deste recrutamento que perante um Concelho tão fustigado com o desemprego, continuam a não aprovar uma matéria tão sensível como importante. |
| 659 | Saudamos a posição do Executivo Municipal que com esta posição fomenta a criação de emprego com direitos no Concelho. |
| 660 | |
| 661 | Deliberação: Aprovada por Maioria, com 15 votos a favor da CDU e 7 abstenções do PS. |
| 662 | A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando |
| 663 | anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante. |
| 664 | |
| 665 | O Presidente da Assembleia solicitou aos deputados da CDU que procedessem à leitura da |
| 666 | Declaração de Voto. |
| 667 | |
| 668 | A Declaração de Voto foi lida pela Deputada Luzia de Carvalho. |
| 669 | A Declaração de Voto, relativa ao assunto em título, aqui se dá como reproduzida e transcrita, |
| 670 | ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante. |
| 671 | |
| 672 | 14 - Análise e conhecimento da informação referente à Atividade Autárquica |
| 673 | O Presidente da Assembleia, perguntou se algum Deputado se queria pronunciar sobre o assunto. |
| 674 | Intervenções: |
| 675 | O A Deputada Maria Antónia Reis Mendes, pediu a palavra e realçou que hoje, existia organização, |
| 676 | e isso estava espelhado nas informações, nos esclarecimentos, nos relatórios de atividade, na |
| 677 | informação referente ao ponto nº 2 da ordem de trabalhos. |
| 678 | Salientou, que não era uma tarefa fácil, e por isso deu os parabéns ao executivo pelo trabalho |
| 679 | desenvolvido, refletido no vasto conjunto de informações e esclarecimentos, tão minuciosos e |
| 680 | clarificadores, prestados à Assembleia Municipal. |
| 681 | Tomado Conhecimento. |
| 682 | A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando |
| 683 | anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante. |
| 684 | |
| 685 | |
| 686 | |

| 687 | APROVAÇÃO EM MINUTA DAS DELIBERAÇÕES |
|------------|---|
| 688 689 | Foi lida a minuta da ata, pelo 1º secretário da mesa, a fim das deliberações dela integrantes, |
| 690 | produzirem efeitos imediatos. |
| 691 | Colocada à votação foi aprovada, por unanimidade. |
| 692 | |
| 693 | |
| 694 | ENCERRAMENTO DA SESSÃO |
| 695 | Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia, declarou encerrada a sessão, pelas vinte |
| 696 | e três horas e cinquenta minutos do dia vinte e seis de fevereiro do ano dois mil e dezasseis. Eu |
| 697 | Dina do Carmo Prego Semião Sardo e Nuno Manuel Carvalho, assistentes técnicos, redigimos a |
| 698 | presente ata, que assinamos com o Presidente da Assembleia Municipal. |
| 699 | |
| 700 | |
| 701 | O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, |
| 702 | |
| 703 | AMBakor |
| 704 | |
| 705 | OS ASSISTENTES TÉCNICOS, |
| 706 | |
| 707 | - Vine fords |
| 708 | |
| 709 | Wan down Coul |
| 710 | |



MUNICIPIO DE ALCÁCER DO SAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MOCÃO

O Orçamento do Estado para 2016 e as autarquias locais

Considerando que a proposta de OE para 2016:

- Elimina alguns constrangimentos à gestão autónoma dos recursos próprios das autarquias locais, designadamente no domínio da gestão do pessoal ao seu serviço, e minimiza outros, como aspetos relacionados com a execução da lei dos compromissos ou com a consignação forçada de algumas receitas;
- Mantém um quadro geral de deveres de informação e um regime sancionatório próprios do exercício de tutelas de mérito e integrativa que a Constituição da República expressamente veda;
- 3. Persiste no crónico incumprimento da Lei das Finanças Locais, avaliado em cerca de 300 milhões de euros às autarquias, tão mais incompreensível quanto a abrupta redução das receitas a que foram sujeitas, quer com a imposição da nova Lei das Finanças Locais, quer com os cortes impostos desde 2011.

A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida a 26/02/2016, delibera:

 Saudar e valorizar as disposições que visam eliminar ou minimizar alguns constrangimentos à autonomia do poder local, designadamente quanto à eliminação de consignações e as restrições à contratação de pessoal.

- II. Condenar o prosseguimento da sonegação dos recursos que a Constituição e a Lei atribuem às autarquias locais e reclamar o cabal respeito pela Lei das Finanças Locais.
- III. Reclamar medidas urgentes que ponham fim às mais diversas formas de tutela não estritamente inspetiva e reponham um quadro conforme ao regime de autonomia prescrito pela Constituição da República.

Alcácer do Sal, 26 de fevereiro de 2016 Os Eleitos da CDU

Enviar: Primeiro Ministro;

Presidente da A.R. e Grupos Parlamentares da AR;

Ministro das Finanças;

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas da AR;

Comunicação Social;

Esta Moção foi aprovada por unanimidade na sessão da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2016.



MUNICIPIO DE ALCÁCER DO SAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Sessão de 26 fevereiro de 2016)

Voto de Pesar

Faleceu no passado dia 23 de Fevereiro do corrente ano Manuel Batista Martins.

Nascido em Alcácer do Sal no ano de 1927, Manuel Batista Martins foi um homem generoso, amigo e grande impulsionador da arte popular alcacerense com longa tradição nesta cidade, nomeadamente, das marchas populares, sendo um dos organizadores do primeiro evento em 13 de junho de 1954 (dia de Santo António).

Foi sempre através da sua paixão que continuamente se entregou e dedicou como ensaiador do Bairro de São Pedro, nos diversos certames das saudosas Marchas Populares, onde os desfiles animavam regularmente, de quatro em quatro anos, os festejos dos Santos Populares nesta cidade.

Da sua ampla ligação com as artes populares, advém, ainda, o forte vínculo com a **Sociedade Filarmónica Progresso Matos Galamba, PAZOA**, onde exerceu o cargo de presidente da direção, bem como, outros cargos diretivos.

Ainda nesta vertente, exerceu, igualmente, cargo diretivo na **Sociedade Filarmónica Amizade Visconde de Alcácer** e, também, no **Rancho Folclórico** sendo um dos seus fundadores.

Este talento, empenho e engenho artístico foram, ainda, reconhecidos fora de Alcácer, particularmente, com a sua participação e prestação em diversos certames das Marchas Populares de Setúbal, onde esteve como ensaiador da coletividade setubalense, *Núcleo dos Amigos do Bairro de Santos Nicolau.*

Como momento mais alto desta dedicação às artes populares, no ano de 2007, é agraciado pelo Município com a Medalha de Mérito Municipal.

Fora deste âmbito, o Manuel Batista Martins, foi trabalhador deste município e exerceu outros cargos diretivos com elevada dedicação, cito:

- Bombeiros Voluntários de Alcácer do Sal:
- Associação Alcacerense de Socorros Mútuos " Montepio";
- Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal.

Porque as pessoas só morrem quando nos esquecemos delas, a população de Alcácer do Sal, deve perpetuar a memória e enaltecer publicamente todos aqueles que contribuíram, nas suas mais distintas áreas de atuação, para a evolução da nossa cidade do nosso município.

O reconhecimento não precisa ser primoroso, apenas genuíno! Nesse propósito os Deputados eleitos da CDU apresentam nesta sessão de Assembleia Municipal, profundo Voto de Pesar à sua família, pela perda deste homem bom, cidadão de mérito e um dos símbolos da promoção da arte popular de Alcácer do Sal.

Os Deputados da CDU

2016/02/26

Deliberação: Aprovado por Unanimidade



MUNICIPIO DE ALCÁCER DO SAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Sessão de 26 de fevereiro de 2016)

VOTO DE PESAR

Faleceu no passado dia 17 de janeiro de 2016, com 86 anos, Maria Luzia Pouseira Onça, vulgo Ti Maria Louceira.

Negociante em louça de barro, negócio que iniciou há mais de 60 anos com o seu marido, António José Perdigão, ramo que este já vinha exercendo com o seu pai, desde jovem.

Ti Maria Louceira, mesmo depois do falecimento do seu marido, no ano de 1995, continuou a sua atividade, participou em todas as Feiras de Alcácer do Sal, desde que se iniciou no negócio da louça, sendo a única que realizou as 25 Feiras da PIMEL.

O seu negócio era também fornecer a louça de barro ao comércio para revenda, fazendo a sua distribuição desde Ourique até 17 km de Évora, os comerciantes só queriam comprar a olaria do casal, embora como eles referiam, era igual ao dos outros fornecedores, adquirida em São Pedro do Corval, localidade bem alentejana, próxima de Reguengos de Monsaraz.

O casal realizava todas as Feiras da zona, como: Grândola, Santiago do Cacém, Sines, Odemira, São Martinho das Amoreiras, Castro Verde, etc., onde era conhecida por todos como a "Ti Maria Louceira de Alcácer", levando assim o nome de Alcácer do Sal a vários pontos do Alentejo.

Nas Feiras Novas de Outubro, todos estes anos foi sempre a primeira a abrir e a última a fechar a Feira, normalmente começava uma semana antes e só desmontava a sua banca, uma semana depois da Feira, no futuro as Feiras de Alcácer do Sal, vão sentir a sua falta, porque ela já era um símbolo das nossas Feiras.

Propõe-se que a Assembleia Municipal delibere:

- 1. Aprovar o presente "Voto de Pesar" pelo falecimento da Senhora Maria Luzia Pouseira Onça, guardando um minuto de silêncio em sua memória;
- 2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste "Voto de Pesar".

O presente Voto de Pesar foi apresentado pelo Grupo Municipal do PS, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, realizada no dia 26 de fevereiro de 2016.

Deliberação: Aprovado por Unanimidade